

Editorial

O termo “incerteza” foi largamente usado em estudos estratégicos e em textos sobre relações internacionais ao longo do século XX. Depois da queda do muro, tornou-se recorrente, ou mesmo obrigatório, em estudos de conjunturas, cenários e reflexões prospectivas. A chamada “quebra de paradigmas” lastreou (ou perturbou) qualquer esforço de interpretação das grandes tendências geopolíticas e das formulações estratégicas. A partir do pensamento estratégico norte-americano, o adjetivo “novo” passou a ser disseminado. Dando-se por encerrada a fase de caça aos comunistas, a expressão “novas ameaças” se impôs aos centros de estudos estratégicos mundo afora.

Não há razões para acreditar que o clima de “incerteza” entre em desuso. As interrogações, tanto sobre o futuro imediato quanto sobre o processo histórico de médio e longo prazos, acumulam-se, conformando um tabuleiro confuso; as dúvidas sobre o jogo político internacional seguem crescendo. Sobrepassa a sensação de que o mundo não permanecerá como está, mesmo que velharias sejam frequentemente apresentadas como novidades e que persistam as tentativas de preservação de premissas, dogmas e paradigmas rigorosamente obsoletos.

O clamor por mudanças assenta-se num vasto conjunto de dados irrefutáveis, ou seja, de “certezas”. Ninguém duvida de que a potência ainda hegemônica sofre profundos desgastes internos e externos e não encontra saída promissora para seus dilemas. Todos aceitam que a China emerge, em velocidade estonteante, como potência econômica e militar e que a União Europeia (vista até bem pouco tempo como saída engenhosa para o declínio das potências do Velho Continente) esteja num beco sem saída. Torna-se lugar-comum a observação de que o colapso da bipolaridade e a avassaladora “mudança de paradigmas” ensejaram o retorno aos dogmas liberais, os quais parecem não ter fim...

Não obstante, há muitas “certezas” ou, pelo menos, propensões nítidas no cenário internacional. Uma delas é representada pelo acirramento da disputa pelos recursos naturais da América Latina, da África e do Oriente Médio ao tempo em que ocorre uma desesperada busca por novos padrões de matrizes energéticas. Outra “certeza” é a estonteante alteração de valores morais e de padrões de comportamento coletivo impulsionadas pelos novos meios de comunicação. Caberia lembrar ainda que, pela primeira vez na história, se generaliza a inquietação relativa aos desgastes e catástrofes ambientais, o que remete aos fundamentos do padrão de desenvolvimento capitalista firmado nos séculos XIX e XX. Finalmente, e para que a lista não se alongue demasiado, poderiam ser citadas as novas possibilidades em que se desenvolve a luta pela supremacia tecnológica. Há bem pouco tempo, era reduzido o número de países que detinham tecnologia de ponta. Hoje, investimentos eficazes em educação e inovação permitem a emergência de novos competidores nesse campo. Seria de fato impensável, pouco tempo atrás, que um número indefi-

nido de países passasse a deter armas e tecnologias as quais balançam a distribuição do quadro internacional de forças.

Refletindo os desafios para o assentamento de políticas de Defesa do Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), o mais tradicional centro de pensamento estratégico do país, organizou no VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, um simpósio temático desafiador: “Defesa e Soberania: dimensões não convencionais do pensamento estratégico”. A variedade de temas e abordagens desse simpósio é reveladora das pesadas exigências intelectuais da formulação de doutrinas para a Defesa. Os participantes trataram de temas que vão da guerra cibernética ao papel da língua falada na definição de fronteiras nacionais. O debate sobre a caracterização dos conflitos da atualidade está presente na maioria dos trabalhos, assim como uma persistente busca de novos amparos conceituais.

A edição desta revista, por um lado, confirma o papel da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) como entidade de intercâmbio entre pesquisadores e, por outro, o empenho da ESG em cumprir a missão a que se destina: a de formuladora e repassadora de fundamentos doutrinários norteadores do sistema de Defesa do Brasil.

Agradecendo o amável convite para redigir este Editorial, aproveito para registrar uma inquietação que me acompanha há bastante tempo: é importante que a ESG se torne objeto de estudo da pesquisa acadêmica. O estudo da ESG é ponto importante do programa de estudo que o mundo acadêmico brasileiro precisa desenvolver sobre as Forças Armadas e as Políticas de Defesa.

Manuel Domingos Neto
(Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa)